

Penal, com vistas a tornar mais rigoroso o trato de alguns crimes. VOTO: pela rejeição; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 49) Processo-MJ-90-08000.011.899/89-76 - Assunto: Relatório do Conselho da Comunidade de Oswald Cruz - 59) VOTO: pela aprovação unânime e remessa de expedi ente transmitindo votos de louvor; Decisão CNCP: pela aprovação unânime e providências pertinentes; 59) Processo-MJ-90-00001.005796/89-18 - Assunto: Dispõe sobre a Defesa do Consumidor, quando ocorrer atraso na entrega ou solicitação da entrega do bem ou serviço; VOTO: pela remessa do processo ao Conselho Nacional de Defesa do Consumidor; Decisão CNCP: pela aprovação unânime e providências pertinentes; 60) Processo-MJ-90-08000.012.586/89-26 - Assunto: Reciclagem de Agentes de Ffresidio; VOTO: pela remessa à SEJUSP, para propor programa sobre o assunto; Decisão CNCP: pela aprovação unânime e providências pertinentes. c) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO: 19) Processo-MJ-GM-90-01648/89 - Assunto: Recepção Polosa. VOTO: pela aprovação unânime; Decisão CNCP: pela aprovação unânime. Redação Final: "Anteprojeto de Lei - Introduz um parágrafo e renomeia os demais do artigo 180 do Código Penal - Art. 19 - O artigo 180 do Código Penal (Pechetto-Lei nº 2.445 de 07 de dezembro de 1940) passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 180 - Adquirir, re ceber ou ocultar em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser pro duto de crime ou infração para que funcione de boa fé a aquisição, ter e ou oculte. Pena - reclusão, de um a quatro anos e multa. § 1º - A pena aumenta-se até o triplo: I - Se as coisas adquiridas, recebidas ou oculta das forem: a) arma de fogo ou munição; b) bens de valor histórico, ar queológico ou artístico; c) jóias; d) veículos motorizados e seus com ponentes. II - Se há concurso de duas ou mais pessoas. § 2º - Adquirir ou receber coisa, por que natureza ou pela disposição desta, para que seja o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso. Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. § 3º - A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isen to de pena o autor do crime de que provienc a coisa. § 4º - No caso do § 1º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. No caso de receptação recidiva, cabe o disposto no § 2º do artigo 155. § 5º - No caso dos bens e insta lações do patrimônio da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, empresa concessionária de serviços públicos, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo Poder Público adquiridas dolosamente: Pe na - Reclusão de um a cinco anos e multa. Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 39 - Vigam as disposições em contrário." d) Conselheiro HERMILIO ALBERTO KAVANAGH PORTO: 19) Pro cesso-MJ-90-08000.011.381/89-88 - Assunto: Fraudes em Concorrência Pú blica; VOTO: pela aprovação; Decisão CNCP: aprovado por unanimidade. Redação Final: " Projeto de Lei Nº - Dispõe sobre a tu tela penal da regularidade das licitações dos contratos da Administra ção Pública, e de outras providências. O CONGRESSO NACIONAL decreta: CA PÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 1º - Esta Lei pune os crimes que tipifica e define-lhes o processo e o julgamento. Art. 2º - Os cri mes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando funcionário público, a pena de prisão perpétua, ou, se não for, a pena de prisão pública, quando ativo, desde que: I - praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública; II - Aplicada pena superior a dois anos. Art. 3º - Considera-se funcionário público, para os fins desta Lei, aquele que exerce, mesmo que transitariamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função públi ca. § 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal; § 2º A pena impõe-se ainda a qualquer de terceira parte quando os autores dos crimes previstos nesta Lei forem ocu pantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramen to de órgão da Administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública, fundação instituída pelo Poder Público ou empresa concessioná ria de obra ou de serviço público. CAPÍTULO II - DOS CRIMES - Art. 4º - Dispensa a licitação fora das hipóteses indicadas em Lei, ou deixar de justificá-la, no prazo legal, a dispensa, quando autorizada: Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa. Parágrafo Único. Na mesma pena incor re aquele que, beneficiando-se da dispensa não autorizada ou não justi ficada de licitação, vem a celebrar contrato com o Poder Público. Art. 5º - Fraudar ou fraudar mediante ajuste ou combinado e qualquer com portamento do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação objeto da licitação. Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa. Art. 6º - Patrocinar, di reta ou indiretamente, interesse privado perante a administração públi ca, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja adjudicação não a ser decretada, em ação popular constitucional, pelo Poder Judiciário: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e mul ta. Art. 7º - Admitir, possibilitar ou dar causa a modificações ou van tagens, inclusive prorrogações contratuais, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, espe cialmente os de empreitada, tarefa e concessão de serviço público, sem que estejam previstos em Lei, no ato convocatório de licitação ou nos respectivos instrumentos: Pena - reclusão de dois a oito anos e multa. Parágrafo Único. Incide na mesma pena o outro contratante, que obtém vantagem indevida ou que se beneficia, injustamente, das modificações ou prorrogações contratuais. Art. 8º - Ometer, em documento, para efeito de habilitação ou de obtenção do certificado de registro estadual, de claração ou de qualquer outro documento, informação falsa ou omissão de claração falsa ou diversa da que devia ser mencionada sobre fato jurídi camente relevante. Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa. Art. 9º - Deuvar, injustamente, o sigilo de proposta apresentada em procedimen to licitatório, ou proporcionar a cancela ou enjoo de devassa-lo; Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa. Art. 10 - Agastar ou procrastinar a conclusão de uma licitação, ou a conclusão de uma licitação, ou a conclusão de uma licitação, por meio de violência, fraude ou ameaça, quando o objeto de vantagem: Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo Único. Incorre na mesma pena quem se abstém ou desiste de licitar, em razão da vantagem ofereci da. Art. 11 - Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instau rada para aquisição ou venda de mercadorias, ou contrato de obra decorrente. I - elevando arbitrariamente os preços; II - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada; III - en tregando uma mercadoria por outra; IV - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida; V - tornando, por qualquer mó do, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato: Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa. Parágrafo Único. E aumentada a pena de um terço, se o crime ocorre em período de grave crise econômica. Art. 12 - Admitir a licitação ou celebrar contrato com empresa ou pre fissional declarado inidôneo. Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa. Parágrafo Único. Incide na mesma pena aquele que, declarado iní

dôneo, vem a licitar ou a contratar com a Administração Pública. Art. 13 - Obstar, impedir ou dificultar, injustamente, a inscrição de qualquer in teressado nos registros cadastrais ou promover, indevidamente, a alteraçã o, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito. Pena - reclusão de dois a oito anos, e multa. Art. 14 - Incluir, no edital ou ato conviatório da licitação, cláusulas ou condições que comprometem o seu caráter competitivo. Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa. Art. 15 - A pena de multa cominada nesta Lei consiste no pagamento de quan tia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmen te auferível pelo agente. § 1º - Os índices a que se refere este artigo não poderão ser inferiores a dois por cento, nem superiores a cinco por cento do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa de licita ção. § 2º - O produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal. Art. 16 - As infrações penais, tipificadas neste Capítulo, pertencem às Justiças e aos contratos cele brados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Territórios e Federais e respectivas autarquias, entidades paraestatais, fundações suje tas à sua supervisão e entidades sob seu controle direto ou indireto. CA PÍTULO III - DO PROCESSO E JULGAMENTO - Art. 18 - Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública condicionada, promovendo-a o Minis tério Público. Art. 19 - Qualquer pessoa do povo poderá provocar, para os efeitos desta Lei, a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando as circun stâncias. Parágrafo Único. Quando a comunicação for verbal, mandará a au toridade reduzi-la a termo, assinado pelo apresentante e por duas teste munhas. Art. 20 - Quando em autos ou papéis de que conste o crime, os magis trados ou membros dos Tribunais de Contas verificarem a existência de qualquer dos crimes definidos nesta Lei, remetê-los ao Ministério Públi co as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia. Art. 21 - Será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal, aplicando-se no que couber, o dis posto no Art. 19 do Código de Processo Penal. Art. 22 - A ação penal, a que se refere o artigo anterior, na hipótese do Ministério Público, pode não ser ajuizada: I - Pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para re presentá-lo; II - Por qualquer cidadão; III - Por Partido Político. Art. 23 - Rece bida a denúncia e citada o infrator, terá este o prazo de dez dias para contestá-la, podendo juntar documentos e arguir as testemunhas que tiver, em número não superior a cinco. Art. 24 - Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias requi ridas pelo Ministério Público e pela Defesa e deferidas ou ordenadas pe lo juiz, abrir-se-á o prazo de cinco dias a cada uma das partes para alegações finais. Art. 25 - Decorrido esse prazo, e concluídos os autos e o juiz dentro de vinte e quatro horas, terá o juiz dezoito dias para pro ferir a sentença. Art. 26 - Na sentença cabe apelação interponível no prazo de cinco dias. Art. 27 - No processo e julgamento das infrações penais definidas nesta Lei, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, aplicar-se-ão, subsidiariamente, o Código de Pro cesso Penal e a Lei de Execução Penal. Art. 28 - Esta Lei entra em vi gor na data de sua publicação. Art. 29 - Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 12 de maio de 1989. 1989 - 1676 da Inde pendência e 1009 da República." Face a exiguidade de tempo, o Presiden te, encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assina da pelo Presidente e por mim Secretária-Executiva.

JOÃO BENEDITO DE AZEVEDO MARQUES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

(OE. Nº 08/90)

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO
DESPACHO DO MINISTRO
Em 07 de março de 1990

Processo nº 01066-010551/89-39. Interessados: CEA-Companhia de Elétrica do Amapá; CERON-Elétricas de Rondônia S/A; CEMAT-Central Elétrica de Mato Grosso S/A; CELPA-Central Elétrica do Pará S/A; CE-MAR-Companhia Energética do Maranhão; ELETRACOR-Companhia de Elétrica do Acre; CEPISA-Central Elétrica do Piauí S/A; COELCE-Companhia Energética do Ceará; COSERN-Companhia Energética do Rio Grande do Norte; SAEALPA-S/A de Eletrificação da Paraíba; CEAL-Companhia de Ele tricidade do Alagoas; COELBA-Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia; ELETRONORTE-Central Elétrica do Norte do Brasil S/A; ELETRORUL - Central Elétrica do Sul do Brasil S/A; CHESF-Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco. Assunto: Compensação de créditos recíprocos exis tentes entre as empresas em epígrafe e a União, relativos, respectiva mente, aos saldos credores da "Conta de Resultados a Compensar-CRC" e aos créditos decorrentes de empréstimos efetuados pela União, com base no Aviso nº MF 30/83, do Ministério da Fazenda. Despacho: Com fundamen to no artigo 89 do Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988, e tendo em vista as propostas contidas nos Avisos nºs: 528 e 529 de 28.12.89, diri gidos ao Ministério da Fazenda, pelo Ministro de Estado das Minas e Ener gia, e à vista do contido nos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacio nal, a fls. 64/88 e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a fls. 10/93, autorizo a União a compensar créditos que possui perante as em presas em epígrafe, decorrentes de empréstimos concedidos com base no Aviso nº MF30/83, do Ministério da Fazenda - com as alterações que lhe fo ram introduzidas -, com créditos correspondentes aos saldos credores da "Conta de Resultado a Compensar" (art. 1º, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988) e créditos reciprocamente existentes em 31 de dezembro de 1987. Os valores a serem objeto de compensação fi cam limitados ao montante do crédito detido pela União correspondente,